

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.440 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2002

Plenário faz minuto de silêncio por Celso Daniel

O Plenário aprovou ontem requerimento de pesar pela morte de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André (SP). Minuto de silêncio também homenageou o ex-prefeito, assassinado em 20 de janeiro.

PÁGINA 5

CCJ analisa emendas à reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve retomar hoje a análise das emendas apresentadas à proposta de emenda constitucional que reforma o Poder Judiciário.

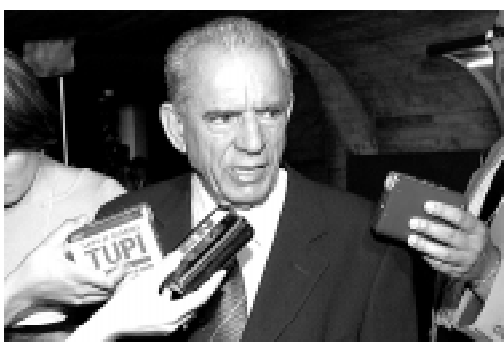
PÁGINA 3

Subcomissão vai discutir a indústria editorial

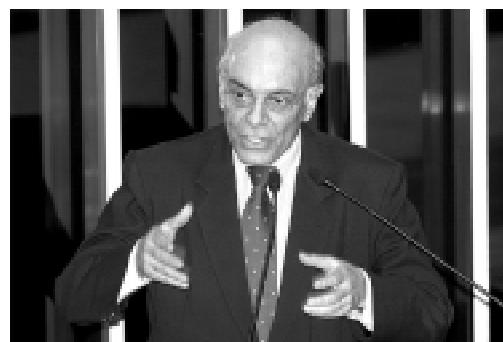
A Comissão de Educação criou ontem subcomissão permanente para discutir os problemas da indústria editorial. O colegiado, proposto pelo senador José Sarney, será denominado Bancada do Livro.

PÁGINA 6

Iris Rezende foi eleito presidente da Comissão de Segurança



Artur da Távola é o vice-presidente do colegiado, que inicia trabalhos hoje



Comissão especial contra a violência começa a funcionar

A Comissão Mista de Segurança foi instalada ontem com o objetivo de definir as prioridades para votação entre os 245 projetos que tramitam na Câmara e no Senado. Os parlamentares terão 60 dias para apresentar suas conclusões.

PÁGINA 3

Congresso pode prestar homenagem às mulheres

Bancada feminina do Congresso, reunida ontem para definir eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, propõe sessão solene em 6 de março.

PÁGINA 2



Emilia Fernandes participou da reunião da bancada parlamentar feminina



Pedro Piva anunciou, em pronunciamento de despedida, que o ministro José Serra retomará sua cadeira

Piva é homenageado ao se despedir do Senado

O senador Pedro Piva foi aparteado ontem por 45 parlamentares durante pronunciamento em que se despediu do Senado e anunciou o retorno do ministro José Serra à Casa.

PÁGINA 4



Proposta de comemoração dos 30 anos da Zona Franca de Manaus foi encabeçada por Gilberto Mestrinho

Zona Franca será homenageada em sessão do Plenário

A hora do expediente da sessão de 19 de março será dedicada a comemorar o 35º aniversário da Zona Franca de Manaus, de acordo com requerimento encabeçado pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), aprovado ontem. O objetivo é destacar a importância da criação da Zona Franca para a Amazônia, "tendo em vista que seu modelo de desenvolvimento está assentado em incentivos fiscais e extrafiscais que propiciaram o crescimento da região", explicou ele.

Além dos também senadores do Amazonas Jefferson Péres (PDT) e Bernardo Cabral (PFL), o requerimento foi assinado pelos senadores Tião Viana (PT-AC), Marina Silva (PT-AC), Gilvam Borges (PMDB-AP), Sebastião Rocha (PDT-AP), José Sarney (PMDB-AP), Moreira Mendes (PFL-RO), Nabor Júnior (PMDB-AC), Marluce Pinto (PMDB-RR), Romero Jucá (PSDB-RR), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Fernando Matusalém (PPB-RO) e Amir Lando (PMDB-RO).

A Zona Franca de Manaus foi idealizada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva em 1957. Dez anos depois, em 28 de fevereiro de 1967, o governo federal, por meio de decreto, ampliou e regulamentou a legislação, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para a implantação de pólo industrial, comercial e agropecuário.

Tebet lança o relatório das atividades da Casa em 2001

Segundo presidente do Senado, o documento comprova que os senadores cumpriram dever com o país e estados que representam

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou ontem a publicação e distribuição do Relatório da Presidência referente aos trabalhos da Casa em 2001. De acordo com Tebet, o relatório comprova que os senadores cumpriram seu dever com a nação e os estados que representam.

O documento, com 1.004 páginas, traça um detalhado retrato da atuação do Senado em 2001, incluindo a eleição à Presidência e posterior renúncia ao cargo do ex-senador Jader Barbalho, e a posterior eleição de Tebet para o cargo. O relatório registra todas as altera-

ções de filiação partidária, os parlamentares afastados do mandato e o comparecimento de ministros ao Senado. Informa ainda que, durante o ano, foram realizadas 117 sessões deliberativas e 60 não-deliberativas.

Analisando o documento, o cidadão é informado ainda sobre quantos e que tipos de projetos cada senador apresentou, além de quantas vezes cada um usou a palavra em Plenário. O relatório traz todo o trabalho desenvolvido pelos senadores no âmbito das comissões.



Ramez Tebet fez o anúncio da publicação e distribuição do relatório ontem, quando presidia a sessão deliberativa ordinária

Bancada feminina define eventos do Dia da Mulher

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) participou ontem de reunião da bancada feminina do Congresso Nacional, realizada na Câmara dos Deputados, com o objetivo de definir o cronograma de eventos a serem promovidos pelo Legislativo em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que transcorre em 8 de março.

As parlamentares vão propor a realização de uma sessão solene do Congresso na manhã de 6 de março, em homenagem à mulher. Os discursos estarão voltados para questões ligadas à mulher no poder e aos seus direitos.

Na mesma sessão deverá ser apresentado um abaixo-assinado



Senadora Emilia Fernandes participou da reunião, realizada ontem na Câmara dos Deputados

contra as possíveis mudanças da legislação trabalhista, em tramitação no Congresso Nacional. Emilia lembrou que o Bloco Oposição do Senado não conseguiu impedir a aprovação do projeto de lei que permite a demissão de trabalhadoras grávidas.

Para ela, a rejeição desse projeto na Câmara deve ser tratada como prioridade pelas 34 deputadas federais.

Também está prevista, para o dia 13 de março, a entrega do diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Cinco mulheres que se destacaram em suas atividades no último ano devem ser homenageadas com o recebimento dos diplomas.

Senador recebe presidente do BNDES e Amin

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita de cortesia do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho. O motivo da visita, explicou Carvalho, foi debater matérias de interesse do banco e colocar o BNDES à disposição do Senado, mantendo diálogo aberto entre as instituições.

Tebet também recebeu o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin (PPB). De acordo com Amin, dois temas dominaram a conversa: o cenário internacional e a questão da violência no Brasil. No que diz respeito ao combate à violência, o governador defendeu investimentos no aparelho policial e na inteligência e a vinculação de recursos para a segurança pública.

Esperidião Amin defendeu ainda a participação da comunidade nas decisões sobre segurança.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo
11h30 — Audiência com o presidente da República no Palácio do Planalto
13h — Recebe o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin
13h30 — Recebe representantes da Central Única dos Trabalhadores
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 57/01, dispõe sobre o financiamento para reparo e reforma de máquinas e equipamentos agrícolas; PDL nº 378/01, aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Liberdade Comunitária FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taubaté (SP); Requerimento nº 260/00, solicita o sobrestamento do estudo do PLS nº 166/99, a fim de aguardar o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PL nº 2.057/91 (Estatuto das Sociedades Indígenas); e Requerimento nº 727/01, solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLS nº 5/00, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a CAE.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLC nº 69/01, dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde (SUS); PLS nº 139/01, altera dispositivo da Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo; PLC nº 110/01, dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas; entre outras proposições. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Emendas à PEC nº 29/2000, que institui a reforma do Judiciário. Emenda nº 1-CAS ao PLC nº 25/01, dispõe sobre a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde (SUS); PLS nº 642/99, entre outras proposições. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

17h — Comissão Mista da Segurança e Violência
Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

PREVISÃO PLENÁRIO

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa ordinária

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Instalada comissão para analisar segurança pública

Iris Rezende, eleito presidente, marcou para hoje, às 17h, a primeira reunião de trabalho. Segundo ele, a grande quantidade de propostas em tramitação no Congresso “indica a sensibilidade do Parlamento diante do problema”

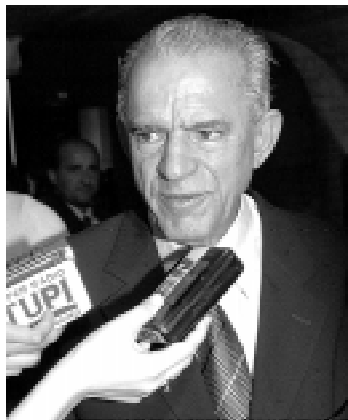
Foi instalada ontem a Comissão Mista de Segurança destinada a estudar as causas da violência no país. A comissão deverá reunir as 245 proposições sobre segurança que tramitam na Câmara e no Senado, apontando prioridades para votação, e terá 60 dias para apresentar suas conclusões. Os senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Artur da Távola (PSDB-RJ) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da comissão. O relator será o deputado Moroni Torgan (PFL-CE).

Na avaliação de Iris, a grande quantidade de propostas sobre o tema em tramitação nas Casas do Congresso indica a sensibilidade do Parlamento diante do problema. Apesar de considerar

o prazo curto para a apresentação de soluções para a escalada da violência, o senador se disse confiante em que o Legislativo entregue aos Poderes Executivo e Judiciário “elementos suficientes para que a população possa se sentir mais segura”.

O presidente da comissão adiantou que os trabalhos devem se fixar na viabilização de recursos orçamentários para a repressão à criminalidade. Outro ponto que, segundo Iris, deve ser um dos focos dos parlamentares é a mudança dos Códigos Penal e de Processo Penal de forma a acabar com o sentimento de impunidade na sociedade brasileira.

Iris Rezende marcou para hoje, às 17h, a primeira reunião de trabalho da comissão.



Iris Rezende prevê alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal



Artur da Távola foi eleito vice-presidente da Comissão Mista de Segurança

Escalada da violência no Brasil é uma epidemia, diz Renan Calheiros

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse em Plenário ontem que a solução do problema da violência não pode ser buscada na transferência de responsabilidades pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Para ele, o Congresso

fará a sua parte ao discutir o problema e apontar soluções na Comissão Mista de Segurança. “Só depois poderemos cobrar responsabilidades dos outros”, afirmou.

Renan Calheiros comparou a escalada da violência no país a uma epidemia – dados apresentados por ele indicam que o Brasil, com 2,9% da população mundial, responde por 10% dos crimes cometidos no planeta. Para tratar o problema, o senador sugere profundas alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal, diminuindo a possibilidade de que os delitos permaneçam impu-



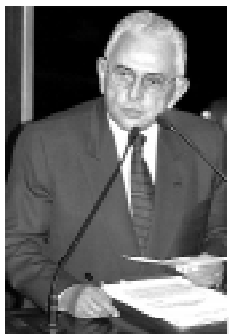
Renan Calheiros defende restrição ao porte de armas de fogo

nes. Uma das alterações, disse, se daria no inquérito policial, cujos procedimentos são repetidos na instância judicial, postergando a sentença e a punição dos culpados. O senador criticou as propostas de unificação das polícias civil e militar, observando que a solução do problema está diretamente relacionada à falta de recursos e aos baixos salários dos policiais. Ele propôs a criação de mecanismos de incentivo fiscal semelhantes aos utilizados em leis de incentivo à cultura como forma de obter recursos para segurança pública.

O senador voltou a defender restrições ao porte de armas. Argumentou que 63% dos crimes acontecem por motivos fúteis e grande parte deles poderia ser evitada se houvesse um maior controle sobre o porte de armas.

Francelino pede novo modelo carcerário

Ao fazer uma análise do aumento da violência no país, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) citou crônica de Roberto Drummond, no *Estado de Minas*, sobre o seqüestro do publicitário Washington Olivetto, na qual o escritor afirma que a mensagem do publicitário, “feito herói”, seria a de que “o homem não foi feito para capturar”. O senador disse esperar que essa mensagem tenha reflexos nas ações das autoridades brasileiras no combate à violência.



Francelino espera ações efetivas contra a criminalidade

Essas ações, entende Francelino, não devem estender-se simplesmente à mera repressão, mas também à concepção de um novo modelo carcerário, que, atuando em favor da sociedade, elimine cenas como as que ocorreram na segunda-feira em dois presídios de São Paulo.

A nação, afirmou o senador, espera que sejam levadas adiante as providências anunciadas pelo presidente da República e pelo Congresso Nacional. Francelino ressaltou que “não é mais possível olhar com indiferença nem sem ação para espetáculos como o seqüestro de Olivetto” e defendeu ações que impeçam a libertação dos seqüestradores do publicitário.

Relator sugere começar votação pelos projetos consensuais

A Comissão Mista de Segurança, instalada ontem, deverá começar os seus trabalhos votando as propostas mais próximas do consenso entre os parlamentares. A informação foi dada pelo relator da comissão, o deputado Moroni Torgan (PFL-CE), que sugeriu a elaboração de relatórios preliminares sobre as propostas consensuais. Ele admitiu que os projetos mais polêmicos, como os que restringem o porte de armas e os que tratam da unificação das polícias civil e militar, terão tramitação mais difícil. Como solução, o relator propõe o início, já na primeira quinzena de março, da votação de projetos alternativos que contribuiriam para reduzir a quantidade de armas em mãos da população e para uma maior integração entre as polícias.

– Pode não ser viável a proibição

total do porte de armas, mas é possível agravar a pena para o porte ilegal e para o contrabando de armas. Não há consenso sobre a unificação das polícias, mas é possível integrar as corporações na formação de seus membros nas academias – exemplificou o deputado.

Torgan citou outras medidas que poderão ter tramitação consensual e, por isso, serão as primeiras votadas. Ele se disse favorável ao agravamento das penas para delitos relacionados ao crime organizado e para aqueles que utilizam menores em atividades ilícitas. Outra proposta seria aumentar os poderes do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), encarregado de rastrear operações financeiras suspeitas, e que poderia contar com a participação de representantes do Poder Judiciário.

CCJ reinicia análise das emendas à proposta de reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá retomar hoje, a partir das 10h, o exame e a votação das emendas apresentadas ao parecer do relator da reforma do Judiciário, senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A última reunião para a discussão do parecer de Cabral, que preside a CCJ, foi realizada no dia 5 de dezembro de 2001, quando se decidiu adiar para 2002 a análise e a votação das emendas restantes.

Do total de 247 emendas ofere-

cidas, 22 foram acolhidas integralmente, sete acolhidas em parte e uma acolhida na forma de subemenda do relator. Ao todo, a CCJ já rejeitou 102 emendas, seis delas por inconstitucionalidade.

O parecer de Cabral foi elogiado por praticamente todos os senadores que integram a CCJ, em suas últimas reuniões para discutir o assunto, principalmente por ter favorecido, pela sistemática de trabalho adotada, a apresentação de emendas ao seu relatório – que, por sua vez, foi resultado de

amplas consultas aos diversos segmentos ligados ao Judiciário, incluindo-se aí os Tribunais Superiores e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Bernardo Cabral alerta, contudo, que não se podem criar falsas expectativas com relação à reforma proposta, já que há, no seu entendimento, uma tendência de se achar que, após a reforma que está sendo votada na CCJ, o Judiciário passará a oferecer atendimento rápido, como deseja a sociedade.

Para se chegar a essa rapidez desejada por todos, segundo o senador, será necessário aprovar outro conjunto de medidas alterando, principalmente, os códigos de processos, de modo a simplifi-

car etapas, evitar as cadeias intermináveis de recursos e outros mecanismos protelatórios das execuções das sentenças. A reforma atual – esclarece Cabral – não trata desse assunto.

Reforma do Judiciário recebeu 247 emendas



A comissão vai analisar emendas à proposta de emenda constitucional que reforma o Judiciário

O relator já decidiu acolher 22 delas

102 emendas foram rejeitadas

Piva se despede do Senado e anuncia a volta de Serra

Discurso recebeu 45 apartes. Senador destacou a experiência acumulada no Legislativo e a frustração pela pobreza no país

Num discurso aparteado por 45 parlamentares, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) despediu-se ontem do Senado, anunciando que o ministro José Serra retornará sua cadeira.

— José Serra tem diante de si um destino ainda mais elevado que as excepcionais posições que, por seu talento e inteligência, já soube conquistar — disse Piva, ao despedir-se.

Suplente de José Serra, que deixa o Ministério da Saúde para voltar ao Senado, Piva disse que reconhece no titular da cadeira “o homem de Estado que deixará a marca de sua personalidade na história do Brasil”. E acrescentou que, em seu projeto, Serra partirá da mesma cadeira onde se sentaram figuras ilustres, como Fernando Henrique Cardoso, Campos Salles,



Pedro Piva despediu-se com elogios ao titular da cadeira, José Serra

Prudente de Moraes, Rodrigues Alves e Washington Luís.

Dizendo-se emocionado, Piva afirmou ter acumulado no Senado uma experiência e um conhecimento sobre a história do Brasil que ja-

mais imaginou pudesse obter. A essa emoção, ele adicionou uma imensa frustração por não ter feito mais pelo Brasil.

— Desse período, ficou a frustração mais geral por não termos eliminado ainda a pobreza neste país — afirmou.

Outra frustração mencionada pelo parlamentar foi ver o empresário cada vez mais sufocado por uma taxa de juros incompatível com o crescimento do setor privado e, em consequência, perceber a crescente desnacionalização da indústria brasileira.

Ele disse ter lutado por iniciativas capazes de tirar o Brasil da paralisia e, como exemplo, citou as alterações na Lei das Sociedades Anônimas, a renegociação das dívidas dos estados e municípios e a revitalização das normas do sistema financeiro.

Ramez Tebet aponta “caráter retilíneo” e atuação intensa

Durante o discurso de despedida de Pedro Piva, o presidente do Senado, Ramez Tebet, destacou o caráter retilíneo e a atuação intensa do parlamentar paulista. Segundo Tebet, representando São Paulo, Piva sempre defendeu os interesses do Brasil.

— Se o Senado tivesse a estatuta da amizade, vejo hoje, pela unanimidade demonstrada, que ela seria entregue a Pedro Piva — afirmou.

Para Tebet, Piva simboliza o sentimento de amizade que une a Casa.



Eduardo Suplicy

Álvaro Dias

Antero Paes de Barros

Em duas horas de apartes, elogios à conduta parlamentar

A despedida de Pedro Piva foi marcada pelas manifestações de apreço dos senadores na sessão plenária de ontem. Em mais de duas horas de apartes ao discurso de Piva, 45 senadores (praticamente todos os presentes), tanto do governo quanto da oposição, elogiaram a conduta parlamentar do colega. Cordialidade, força de caráter e abertura política foram características repetidamente atribuídas a Piva. “Se nós tivéssemos aqui um condomínio da amizade, ele seria o síndico imbatível”, resumiu o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

— Eu o definiria como um homem cordial, que administra as discordâncias e que tem a amizade de todos — disse o senador Álvaro Dias (PDT-PR).

“Ele está acima das questões partidárias e ideológicas e das dissidências. É um aglutinador”, salientou Casildo Maldaner (PMDB-SC).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), colega de Piva há 40 anos, desde os tempos de escola, destacou “a fidalguia” com que ele conduziu o seu mandato. “Gostaria de registrar o respeito que sempre teve com os senadores de oposição”, disse Suplicy, endossado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), que descreveu a relação com Piva como “cariñosa e respeitosa no debate”.

Classificando Piva como “um cidadão elegante”, José Agripino (PFL-RN) foi acompanhado no elogio por diversos senadores. “Não me refiro ao aspecto físico”, esclareceu; “refiro-me à elegância de sua personalidade, entendendo-se bem com todos os partidos.” Jefferson

Péres (PDT-AM) ratificou: “A sua marca é a elegância na maneira de ser e de agir. Sabe fazer amigos”. Ricardo Santos (PSDB-ES) fez elogio no mesmo sentido: “Eu o tenho como grande referência de equilíbrio, experiência e diplomacia”.

Já o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) enfatizou “a enorme capacidade de agregação, de buscar entendimento”. Para Roberto Saturnino (PSB-RJ), a admiração por Piva é unanimidade no Senado. Essa unanimidade também foi apontada por Artur da Távola (PSDB-RJ), para quem Piva “revoga Nelson Rodrigues”, ao provar que “toda unanimidade é lúcida”.

Carlos Wilson (PTB-PE) afirmou que Piva sai do Senado consagrado: “É uma verdadeira consagração que recebe hoje este homem que prima pela construção de amizades, que é extremamente bom caráter”.

Também se pronunciaram elogiando a atuação parlamentar de Pedro Piva os senadores Francelino Pereira (PFL-MG); Sérgio Machado (PMDB-CE); Geraldo Melo (PSDB-RN); Pedro Simon (PMDB-RS); Lindberg Cury (PFL-DF); Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO); Antonio Carlos Magalhães Jr. (PFL-BA); Fernando Bezerra (PTB-RN); Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS); José Coelho (PFL-PE); Marluce Pinto (PMDB-RR); Roberto Requião (PMDB-PR); Nabor Júnior (PMDB-AC); José Fogaça (PPS-RS); Iris Rezende (PMDB-GO); Mauro Miranda (PMDB-GO); Maguito Vilela (PMDB-GO); Lúcio Alcântara (PSDB-CE); Sebastião Rocha (PDT-AP), e Ademir Andrade (PSB-PA).



José Sarney



Valadares



Paulo Souto



Moreira Mendes

Senadores enaltecem vontade de servir ao país

José Sarney (PMDB-AP): “Pedro Piva deixa uma vaga nesta Casa, por sua figura humana, por sua cordialidade, seu gosto pelo trabalho e pela grande contribuição que tem dado ao trabalho parlamentar”.

Romeu Tuma (PFL-SP): “Não posso nem aceitar me despedir de Pedro Piva. Ele não nos deixa de forma nenhuma, porque seus projetos e suas relatorias vão permanecer até o final de nosso mandato”.

Paulo Hartung (PSB-ES): “Vamos sentir muito a sua falta no nosso convívio, porque é um amigo. Quero vê-lo de novo senador. Pelo voto, não como suplente”.

Renan Calheiros (PMDB-AL): “Somos obrigados a dar o melhor testemunho do que o senador acrescentou a esta Casa, ao país e à representação política do estado de São Paulo”.

Valmir Amaral (PMDB-DF): “Ose-

nador deixa um admirador nesta Casa. Que conte sempre comigo e boa sorte na vida de empresário de sucesso”.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM): “Passei a admirar o seu trabalho, a sua dedicação e a sua vontade de servir ao país”.

Paulo Souto (PFL-BA): “Sempre foi um exemplo muito eloquente de um senador cumpridor de seus deveres, de um amigo, de um homem capaz de conviver com as divergências, enfim, de um democrata”.

Luiz Otávio (PPB-PA): “Representou com a maior altivez o ministro José Serra. Sempre foi o olho do presidente Fernando Henrique nesta Casa, para que o governo pudesse ter a informação precisa e imediata das votações”.

Carlos Patrocínio (PTB-TO): “O senador soube conciliar a defesa do interesse do empresário na-

cional, sendo sobretudo intransigente na defesa dos interesses maiores da nação brasileira”.

Arlindo Porto (PTB-MG): “Foi um verdadeiro parlamentar, que, com dignidade, altivez e determinação, cumpriu um mandato. Foi presença constante nas comissões e no Plenário”.

Osmar Dias (PDT-PR): “Se há qualidades que ninguém pode negar ao senador são sua sinceridade e sua humildade”.

Moreira Mendes (PFL-RO): “Pedro Piva soube tratar os assuntos de interesse do Senado com muita habilidade e, sobretudo, determinação”.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): “Acontece um fato definitivamente raro numa Casa política, em que alguém, com muita habilidade e competência, conseguiu gerar em torno de si as simpatias da unanimidade do Senado”.

Aprovada homenagem ao ex-prefeito Celso Daniel

Plenário faz minuto de silêncio e envia condolências à família e ao município de Santo André. Voto de pesar é acolhido também pelo falecimento de um empresário de Goiás e outro de Sergipe

Reforma de equipamento agrícola pode ser financiada

O Plenário discute hoje projeto de lei da Câmara que estabelece financiamento para reparo e reforma de equipamentos agrícolas pelo Sistema Financeiro de Crédito Rural. De acordo com o projeto, de autoria do deputado Werner Wanderer (PFL-PR), as operações de crédito poderão ser enquadradas como custeio ou investimento, e dependerão apenas da capacidade de pagamento e de manejo do equipamento.

Os senadores deliberam ainda sobre requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC), que solicita o sobrestamento de estudo sobre projeto de lei que altera o Estatuto do Índio, a fim de que o Senado aguarde o pronunciamento da Câmara.

Será votada também autorização para que a Associação e Movimento Comunitário Rádio Liberdade Comunitária FM realize radiodifusão em Taubaté (SP).



O senador Roberto Requião (D) presidiu a reunião em que os parlamentares decidiram mudar proposta sobre ingresso na Alca

Comissão retira de pauta plebiscito sobre a Alca

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul decidiu retirar de pauta o projeto de decreto legislativo, de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que convocava plebiscito sobre a suspensão, por 20 anos, das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Por proposta do senador José Fogaça (PPS-RS), será apresentado projeto similar prevendo a realização de referendo popular, depois de negociados os termos e assinado o tratado, para decidir se a população aprova ou não o ingresso do Brasil.

— Não seria bom para os interesses do país retirar-se das negociações por um tempo tão longo. Também seria difícil para a população decidir sobre a Alca sem conhecer seus dispositivos, que ainda estão em fase de debate — argumentou.

Para a relatora, senadora Emilia Fernandes (PT-RS), a população

não pode ficar alheia a uma decisão que mudará os destinos do país de maneira profunda. A senadora disse que “o povo tem o direito de decidir se o governo negociou bem ou mal seu ingresso na Alca”, mas concordou com uma consulta popular posterior à assinatura do tratado, ao invés de plebiscito anterior às negociações.

Segundo Saturnino, o Congresso precisa conhecer melhor os termos em que o governo brasileiro, em especial o Itamaraty, está negociando o ingresso do Brasil na Alca.

— Creio que quase todos concordam que a Alca irá, fatalmente, prejudicar o Mercosul e impedir sua expansão para incluir os demais países da América do Sul. Será que trocar o Mercosul pela Alca poderia ser bom para os interesses brasileiros? — indagou.

A comissão decidiu convocar reunião paralela ao encontro que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) realizará em Fortaleza (CE) entre 7 e 13 de março.

O Plenário do Senado aprovou ontem três requerimentos de pesar. Foram homenageados o prefeito de Santo André, Celso Daniel, assassinado há 30 dias, e os empresários Amadeu Camilo de Andrade, de Goiás, e César Franco, de Sergipe.

Além das condolências à família e ao município de Santo André, a homenagem a Celso Daniel teve também um minuto de silêncio em Plenário. O requerimento foi assinado por todos os senadores que integram o Bloco Oposição, começando por seu líder, José Eduardo Dutra (PT-SE).

Dutra pediu rigor na apuração do crime. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) lamentou que o delegado designado para apurar o assassinato do prefeito de Campinas, o Toninho do PT, fora anteriormente preso pela CPI do Narcotráfico.

Tião Viana (PT-AC) afirmou que “o Brasil tem o direito de ver elucidado” o assassinato. Heloísa Helena (PT-AL) cobrou as provas de envolvimento no crime de pessoas do PT, para ela “uma especulação cruel e mentirosa” que durou mais de um mês.

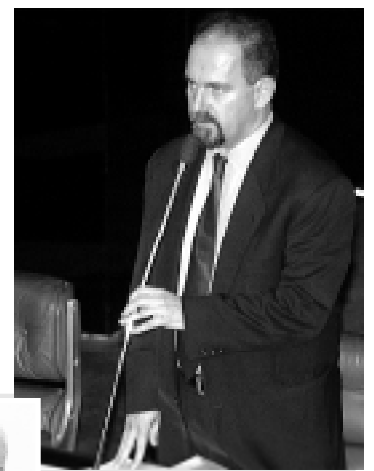
Romeu Tuma (PFL-SP) pediu que a polícia de São Paulo traba-

lhe “de corpo e alma” para elucidar o assassinato do prefeito. Maguito Vilela (PMDB-GO) prestou solidariedade ao PT e demonstrou sua indignação pelo fato de o crime ainda não estar solucionado.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a falta de elucidação do crime é causada por um problema de estruturação do setor de investigação. Já Mauro Miranda (PMDB-GO) lembrou as propostas novas postas em prática por Celso Daniel.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que poucas vezes tanta gente saiu às ruas para uma homenagem como ocorreu no funeral de Celso Daniel. Após o minuto de silêncio, Suplicy disse que uma agência de notícias trouxe a informação da prisão do suposto assassino do prefeito, Andreilsson dos Santos Oliveira, conhecido como “André Cara Seca”.

Na presidência da sessão, o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), solidarizou-se com a homenagem, afirmando que a população não aceita mais tanta violência.



José Eduardo Dutra pediu rigor na apuração da morte de Celso Daniel (foto menor)

EMPRESÁRIOS

Os três senadores por Goiás — Maguito Vilela, Iris Rezende e Mauro Miranda, todos do PMDB — apresentaram o requerimento de pesar pela morte do empresário Amadeu Camilo de Andrade. Maguito lembrou que o empresário deixou 15 filhos, entre eles um ex-prefeito e um deputado estadual.

O Plenário aprovou ainda requerimento de pesar apresentado por Antonio Carlos Valadares pelo falecimento do empresário César Franco, diretor da TV Sergipe. José Eduardo Dutra associou-se à homenagem.

Rocha propõe CPI sobre pesquisa eleitoral

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou requerimento solicitando a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar divergências entre as pesquisas eleitorais realizadas em 2000 e os resultados das respectivas eleições nos municípios do Rio de Janeiro, Goiânia, Recife, Porto Alegre, Macapá e Niterói.



Sebastião Rocha: “Não podemos adiar essa investigação”

Para que a CPI seja instalada, falta a indicação dos seus membros pelas lideranças dos diversos partidos.

O requerimento propõe que a CPI seja integrada por 11 senadores titulares e seis suplentes e estipula um prazo de 180 dias para a realização dos trabalhos. O senador explicou que o objetivo é investigar a correção e a honestidade das

pesquisas para, no relatório final, apresentar propostas de alterações necessárias na legislação que rege a matéria.

— Não podemos mais adiar essa investigação. É bom lembrar que este ano haverá eleições gerais, quando estaremos escolhendo o novo presidente da República, os governadores dos 26 estados e do Distrito Federal, além de dois terços da composição do Senado e a totalidade dos componentes da Câmara Federal e das assembleias legislativas.

União receberá bens culturais de empresas

O Plenário do Senado aprovou ontem emenda da Câmara dos Deputados a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que determina a transferência, para o acervo histórico e artístico da União, de todos os bens culturais das empresas federais a serem privatizadas. O projeto, que será enviado à sanção presidencial, dá prazo de 60 dias para que o Exe-

cutivo regulamente esta transferência de bens. A proposta foi relatada pelo senador Bello Parga (PFL-MA).

Os senadores aprovaram ainda projeto que denomina o aeroporto da cidade baiana de Ilhéus de “Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado”. Conforme o relator do projeto, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), trata-se de

uma homenagem ao escritor e ainda lembra a principal cultura agrícola do município. Jorge Amado nasceu em Ferradas, município de Itabuna, divisa com Ilhéus. O projeto vai à sanção do presidente da República.

O Plenário aprovou a criação de rádio comunitária em Ivinhema (MS) e renovou autorização para a Rádio Difusora Batatais (SP).

Senado cria subcomissão permanente para o livro

Instituída pela Comissão de Educação, por proposta de José Sarney, órgão terá incumbência de discutir problemas da indústria editorial

A Comissão de Educação (CE) criou ontem uma subcomissão permanente destinada a discutir os problemas da indústria editorial do país. Proposta pelo senador José Sarney (PMDB-AP) e composta por 11 integrantes, a subcomissão será denominada Bancada do Livro e analisará questões que envolvam autoria, editoração, publicação e distribuição de obras. O presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), parabenizou Sarney pela iniciativa e prometeu instalar a subcomissão no prazo "mais breve possível".

— Além de ser uma potência econômica, o Brasil também deve ser uma potência cultural — afirmou José Sarney durante a discussão do requerimento de sua autoria.

Em turno suplementar, a CE aprovou substitutivo do senador Paulo Hartung (PSB-ES) a projeto de Ricardo Santos que prevê o ingresso no ensino fundamental de crianças a partir de 6 anos. Ainda que nem a Constituição nem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleçam claramente a idade própria para o ingresso no ensino fundamental, vem sendo adotada a idade de 7 anos.

A CE rejeitou projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) — com parecer contrário do relator, senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA) — que proíbe a propaga-

ção de qualquer natureza durante os intervalos de programas de televisão voltados à infância e à adolescência. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) defendeu a busca de um texto alternativo, uma vez que, durante intervalos de programas infantis, muitas vezes os telespectadores são expostos a chamadas de novelas e filmes que contêm cenas de sexo e violência. A pedido do presidente da comissão, Emilia vai elaborar um projeto destinado a proibir essa prática.

Em caráter terminativo, foi aprovado projeto do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) que dá ao aeroporto de Palmas (TO) o nome do brigadeiro Lysias Rodrigues. Também foi acolhida proposta do senador Tião Viana (PT-AC) que institui a Semana da Revolução Acreana, de 6 a 12 de agosto de 2002. Recebe-

ram ainda parecer favorável da CE 11 projetos de decreto legislativo referentes a concessão ou autorização de funcionamento de emisoras de rádio e TV.

A pedido do autor da matéria, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi retirado de pauta projeto que regulamenta o preceito constitucional de regionalização da produção das emisoras de rádio e televisão. A matéria deverá ser analisada na próxima reunião da CE.

Também foi retirado de pauta da Comissão de Educação projeto que modifica a regulamentação de estágios. O autor da proposta, senador Ademir Andrade (PSB-PA), deverá manter entendimentos ao longo da semana com o relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), na busca de um texto consensual.



Presidida por Ricardo Santos, a comissão também aprovou projeto que permite o ingresso no ensino fundamental aos 6 anos de idade

Carlos Wilson lança novo portal do Interlegis

O programa Interlegis lança hoje nova versão do portal da comunidade virtual do Legislativo. O site será apresentado pelo primeiro-secretário, senador Carlos Wilson (PTB-PE), às 11h30, no plenário do edifício-sede do projeto — Anexo E do Senado, situado na Avenida N-2.

O novo portal poderá ser acessado pelo mesmo endereço do site atual do Interlegis (www.interlegis.gov.br), e traz uma série de novidades, como uma nova distribuição do conteúdo, que está mais organizado e disponível de forma mais clara para os inter-



Nova versão do site será apresentada por Carlos Wilson, às 11h30

legis. Outra mudança é a divisão do site em áreas, de acordo com os campos de atuação do programa, incluindo seções intituladas Comunidade, Educação, Processo Legislativo, Fiscalização, Legislação, Governo, Cidadania e Jurisprudência. Traz ainda links na primeira página para as novas seções de Notícias e Eventos. A pesquisa também ficará mais acessível, a partir de modificações introduzidas no sistema de busca de informações.

O Interlegis foi criado em 1997 a partir de uma parceria do Senado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo Paulo de Souza Júnior, chefe do Serviço de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia, Produtos e Serviços, o maior avanço da nova página está na possibilidade de cada setor do Interlegis ficar responsável por sua seção no portal. Segundo ele, serão mais de mil pessoas, espalhadas por todo o país, trabalhando como *webmaster* de suas próprias áreas.

Estão interligados numa mesma rede virtual, pelo Interlegis, as duas Casas do Congresso Nacional, as assembleias legislativas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e ainda 2.500 câmaras municipais em todos os estados.



Senador José Agripino fala durante a abertura da mostra, que poderá ser visitada na Galeria Senado até o dia 1 de março

Inaugurada exposição sobre 100 anos da música potiguar

A exposição 100 Anos da Música Potiguar — que reúne fotografias, livros, cartazes, partituras, CDs, discos de vinil e uma minibiografia de cada um dos 24 artistas norte-riograndenses representados na mostra — foi aberta ontem na Galeria Senado. Na mesma solenidade, que contou com a presença dos senadores José Agripino (PFL-RN) e Geraldo Melo (PSDB-RN), foi realizado o lançamento do *Dicionário da Música do Rio Grande do Norte*, da arte-educadora Maria Leide Câmara de Oliveira.

A mostra, que permanecerá na Galeria Senado até o dia 1º de março, é dedicada ao folclorista Câmara Cascudo, ao musicólogo Gumercindo Saraiva e ao maestro Waldemar de Almeida. Os 24 ar-

tistas que integram a exposição fazem parte do *Dicionário da Música do Rio Grande do Norte*, que reúne 600 músicos do estado, selecionados por sua representatividade em cada década ao longo dos 100 últimos anos.

Entre os músicos da mostra estão a cantora conhecida como "a rainha do choro" Ademilde Fonseca, o cantor da jovem guarda Leno, a intérprete romântica Núbia Lafayette, o grupo Trio Irakitan, o carnavalesco Doshino, o compositor de cocos Chico Antonio, o bandolinista Chico Elion, um dos precursores da bossanova, Hianto de Almeida, o pianista Oriano de Almeida e o maestro e compositor de música sacra Felinto Lúcio Dantas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Tiróide
6h30 — Cidadania — Ética na política
7h30 — Entrevista — O sen. Geraldo Cândido fala sobre a flexibilização da CLT
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Saúde/Unip — Tiróide
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
12h30 — Entrevista — O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a violência no Brasil
13h30 — Cidadania — Nova proposta de Imposto Único Federal
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — Entrevista — O sen. Roberto Freire fala sobre segurança pública
19h — *As Cares do Mundo* — Programa nº 22
19h30 — Cidadania — Analfabetismo funcional
20h30 — Entrevista — O sen. Mazarildo Cavalcanti fala sobre a violência no Brasil

21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
13h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviços
20h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Escala Brasileira*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Tuma defende correção de "injustiça" da lei com portadores de hepatologias graves

Tuma pede isenção de IR para portador de doença do fígado

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou projeto de lei incluindo os portadores de hepatologias graves (doenças do fígado) entre os contribuintes isentos de pagamento de Imposto de Renda. A atual legislação já isenta desse pagamento doentes de tuberculose, neoplasia maligna (câncer), hanseníase, Aids, nefropatia grave, entre outros.

Em sua justificativa, Tuma argumenta ser incompreensível que os portadores de hepatologia tenham sido excluídos do benefício, uma vez que sua situação em nada difere dos doentes acometidos de nefropatia: sua única esperança de vida a longo prazo encontra-se num transplante de fígado, em relação aos primeiros, ou de rim, em relação aos últimos.

Segundo Tuma, uma vez conseguido o transplante, os dois tipos de doentes precisam tomar os mesmos medicamentos para combater a rejeição e os efeitos colaterais da cirurgia, pelo resto da vida.

O senador afirma que a crescente incidência da hepatite B no Brasil é preocupante, por ser a causa mais freqüente de cirrose hepática, câncer do fígado e hepatologia grave que leva à necessidade de transplante de fígado. "Trata-se de problema gravíssimo de saúde pública, especialmente na região amazônica", salienta.

Tuma reconhece que a vacinação em massa seria a medida correta para diminuir, drasticamente, o número de infectados. "Enquanto o poder público não se decide a prevenir novos doentes, podemos amparar os cidadãos já com hepatologias graves, corrigindo a injustiça da lei, estendendo-lhes a isenção de Imposto de Renda, em vigor para outras doenças graves", explica.

O projeto está pronto para ser incluído na pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável do senador Lauro Campos (PDT-DF).

Cândido propõe redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais

Para o senador, mudança poderá ampliar em 25% a oferta de empregos e, com o ingresso de novo contingente de trabalhadores no mercado formal, estimular o crescimento econômico

Está pronto para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, fixando em 35 horas semanais a duração máxima da jornada de trabalho. Se aprovada, a proposta poderá, na avaliação do senador, acarretar aumento de 25% na quantidade de postos de trabalho no país.

Dados citados por Geraldo Cândido indicam aumento de 110% na produtividade da indústria na última década. "Para produzir a mesma quantidade de mercadorias que em 1990 era produzida em oito horas de tra-

balho, bastavam, em 1998, três horas e 40 minutos", afirma o senador, com base em pesquisa realizada pelo IBGE, salientando o fato de que, em decorrência desse expressivo aumento da produtividade, 43% dos trabalhadores na indústria perderam seus empregos em uma década.

A diminuição da jornada de trabalho, proposta no projeto de lei, avalia Geraldo Cândido, provocará a retomada do crescimento econômico.

— O ingresso de novo contingente de trabalhadores no mercado formal de trabalho não deixará, também, de estimular a



Projeto de Geraldo Cândido será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais

demanda por mercadorias e, portanto, o aumento das vendas e da produção. Tenderá a provocar a retomada do crescimen-

to econômico e, com ele, o crescimento da arrecadação fiscal — argumenta o senador na justificativa do projeto.

Idade-limite para militar na ativa pode mudar

Projeto de lei da Câmara dos Deputados, que tramita em regime de urgência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), prevê alteração no Estatuto dos Militares em relação às datas-limite para a transferência *ex officio* do militar para a reserva remunerada e ao reenquadramento no Quadro de Oficiais Médicos do Comando da Aeronáutica, do Exército e da Marinha.

Segundo justificativa das Forças Armadas, além de preencher uma lacuna na legislação, essa mudança resultará em redução de despesa da União com o pagamento de proventos, uma vez que prevê o aumento do tempo médio de permanência do militar no serviço ativo em oito anos. Além disso, uma grande quantidade de militares necessários ao desenvolvimento de atividades médico-hospitalares nos centros e hospitais do Sistema de Saúde das Forças Armadas encontra-se prestes a entrar para a reserva.

O projeto prevê que um coronel ou um tenente-coronel, por exemplo, teria como idade-limite para se aposentar 62 anos, enquanto as demais patentes, de tenente a capitão, teriam 56 anos como idade-limite.

Osmar Dias quer revogar norma que prejudica as cooperativas

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentou projeto revogando inciso da Lei de Custeio da Previdência Social. O inciso que ele pretende revogar determina que empresas paguem 15% de contribuição previdenciária sobre nota fiscal ou fatura de prestação de serviços realizados por cooperados, por intermédio de cooperativas de trabalho. Na opinião de Osmar Dias, o artigo imputando ônus ao tomador de serviços vem se mostrando bastante prejudicial às cooperativas, desestimulando sua contratação.

"As cooperativas de trabalho e



Para Osmar Dias, exigência da Lei de Custeio da Previdência Social prejudica cooperativas

saúde têm sido sistematicamente afastadas do mercado. Para os tomadores de serviços, passou a ser

mais vantajosa a contratação de sociedades mercantis ou civis, cuja tributação não consiste em encargo para o cliente, mas para a própria prestadora", afirma o senador.

Osmar Dias considera o inciso que pretende revogar conflitante com o apoio e estímulo ao cooperativismo previsto na Constituição federal. A retirada do inciso, na sua opinião, é primordial para a continuidade do funcionamento das cooperativas de trabalho. A matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa.

Projeto de Carlos Bezerra prevê quebra-molas em faixa de pedestre

As faixas de pedestres poderão ter redutores de velocidade, caso seja aprovado projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que tramita em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto acrescenta ao Código de Trânsito Brasileiro a obrigatoriedade de instalação de redutores de velocidade, também conhecidos como quebra-molas, junto às faixas de pedestres, exceto nos casos em que a travessia já seja controlada por semáforo.

Bezerra explica que o uso pouco criterioso dos quebra-molas levou o Código de Trânsito Brasileiro a

estabelecer limites para sua utilização aos casos predefinidos por órgão ou entidade com circunscrição sobre a via e de acordo com critérios e padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito.

— Ainda hoje é possível encontrar aplicações equivocadas de redutores de velocidade. A mais comum ocorre quando faixas de pedestres e redutores são implantados na mesma via sem o mínimo de coordenação. Ora, se a função do quebra-molas é justamente obrigar o veículo a reduzir a velocidade para permitir a travessia dos pedestres com segurança, é



Segundo Carlos Bezerra, ainda há aplicações equivocadas de redutores de velocidade

inconcebível que esses dois elementos apareçam dissociados um do outro — concluiu.

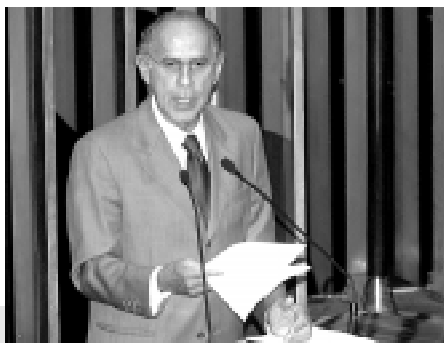
Cadastro de Moradia deve ser votado hoje

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais projeto proibindo que a mesma pessoa seja beneficiada mais de uma vez por doações ou financiamento de habitação com recursos públicos federais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar hoje projeto da Câmara dos Deputados que institui o Cadastro Nacional de Moradia. O projeto proíbe que a mesma pessoa seja beneficiada, mais de uma vez, por doações ou financiamentos de moradia, lote urbanizado ou material de construção custeados com recursos públicos federais. O cadastro deverá manter o registro atualizado de todos os beneficiários de programas nessa área.

O projeto tem parecer favorá-

vel do relator, Mauro Miranda (PMDB-GO). Para o senador, que também relatou o projeto do Estatuto da Cidade, a proposta contribui para a causa da justiça social. Como as verbas destinadas a programas habitacionais são escassas, seria injusto, no seu entendimento, que pessoas já contempladas pudessem entrar em novos programas em detrimento de outras que ainda aguardam a vez.



Mauro Miranda diz que proposta contribui para a causa da justiça social

Também está na pauta da comissão projeto de Lúcio Alcântara

(PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários e de ensino destinar parte de seus leitos a pacientes cobertos por planos de saúde. A proposta retornou à comissão após a apresentação de quatro emendas de Plenário pelo ex-senador Pedro Ubirajara e pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), todas rejeitadas no substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

A CAS deve se manifestar ainda sobre o parecer favorável de Tião Viana (PT-AC) ao projeto de Luiz Pontes (PSDB-CE) que amplia o pe-

ríodo de concessão do salário-maternidade em caso de parto antecipado. Esse aumento corresponderia à diferença entre a data normal de nascimento do bebê (37 semanas) e a data em que efetivamente ocorreu o parto. Para Tião Viana, a extensão do período do salário-maternidade em caso de parto antecipado é justa, pois o recém-nascido prematuro requer cuidados maternos prolongados.

A reunião da comissão será realizada às 9h, na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

Hartung quer derrubar aumento da CSLL

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) conclamou os parlamentares a derrubar o artigo da Medida Provisória (MP) nº 22 que aumenta de 12% para 32% a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as empresas prestadoras de serviço. Segundo ele, esse artigo foi um "contrabando" do governo, que o introduziu no acordo negociado com o Congresso para viabilizar a cor-



Paulo Hartung: contribuição é "um jabuti em cima da árvore"

reção da tabela de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Hartung explicou que o aumento da alíquota da CSLL somente entrará em vigor no dia 1º de maio. "Há, portanto, tempo hábil para que nos organizemos para derrubar 'esse jabuti em cima da árvore' que não fazia parte do acordo que negociamos soberanamente com o governo".

Ele lembrou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) impetrou, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a majoração da CSLL unicamente para empresas prestadoras de serviços, por entender que há infração aos princípios da isonomia tributária e da capacidade contributiva.

Para Hartung, a discussão que cercará a questão do aumento do prazo de vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) representará a oportunidade ideal para que o Congresso debata a reforma tributária.

Maldaner pede juros baixos e aponta lucros dos bancos

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) criticou a política de juros altos adotada pelo governo. Segundo ele, esse mecanismo – ao lado do câmbio e do crédito – permitiu que em 2001 apenas os bancos obtivessem êxito, com uma rentabilidade média de 20%, no ano, sobre o patrimônio líquido, constituindo-se na única exceção em um quadro recessivo.

Os ganhos dos bancos, disse o senador, teriam sido assegurados pelos negócios de compra e ven-



Maldaner: recursos das famílias engordam lucros dos bancos

da de títulos públicos federais indexados aos juros e pela forte variação cambial. Também contribuíram para esses ganhos, segundo Maldaner, os *spreads* bancários, a diferença entre o custo de captação e a taxa de empréstimo cobrada, que foi

de 35% para pessoas jurídicas e 55% para pessoas físicas.

– Eis para onde vão os recursos das famílias: para engordar os lucros dos bancos. Seria bom perguntar ao governo se não é hora de rever essa situação.

Cabral defende proteção para água da Amazônia

Lembrando que o Canadá exporta água para o Oriente Médio trocando três barris de petróleo por um barril de água e observando que, nos Emirados Árabes, compram-se seis litros de gasolina com um dólar e pagam-se seis dólares por um litro de água, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) voltou à tribuna do Senado para defender a Amazônia.

– A gestão dos recursos hídricos merece extremo cuidado, tanto na escassez como na fartura – alertou ele, anunciando que interessa ao Brasil solidificar seu efetivo domínio sobre a Amazônia.

Observando que isso exige conhecimento científico da natureza, ele trouxe a Plenário estudo que, em sua opinião, amplia a

compreensão do imenso universo das águas amazônicas. Trata-se de trabalho científico intitulado *Hidroquímica da Bacia Amazônica*, dos pesquisadores Umberto Santos e Hilândia Cunha.

Ao resumir a obra, Cabral disse que a investigação deve iniciar-se pelo estudo da hidroquímica de seus rios, pois o teor e variação dos elementos químicos ali dissolvidos podem oferecer preciosas informações sobre a geoquímica do solo das regiões atravessadas pelos rios e sobre a bioquímica da sua cobertura vegetal.

– Temos aí, por meio da análise química das águas, uma visão da água, do terreno e da floresta. Assim, a análise hidroquímica conduz à melhor compreensão da



Bernardo Cabral: Brasil deve solidificar o domínio sobre a Amazônia

totalidade do funcionamento do complexo meio ambiente amazônico, suas riquezas e potenciais.

Seis senadores elogiaram as preocupações de Cabral, o qual destacou haver entre eles quatro ex-governadores: Nabor Júnior (PMDB-AC), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Maguito Vilela (PMDB-GO). Os outros senadores são Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Jonas Pinheiro sugere MP a fim de garantir boas rodovias

A edição de uma medida provisória (MP) que garanta recursos emergenciais para a recuperação das estradas brasileiras é, na opinião do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a solução para que a malha rodoviária brasileira esteja em condições de escoar a produção agrícola deste ano, a partir de março, quando será iniciada a



Jonas espera que rodovias estejam em condições de escoar a produção

colheita. Em consequência, o senador sugere que o Congresso seja, de pronto, convocado para analisar a MP.

– Esse é o tipo de situação em que se justifica plenamente a edição de medida provisória. Todo ano há chuvas e, localizadamente, há queda de pontes e interrupção de estradas. Mas, este ano, o problema está generalizado – afirmou.